



Informe
Anual
2016

ceg rio

gasNatural
fenosa 



Demonstraciones financieras em 31 de dezembro de 2016 e relatório do auditor independente Ceg Rio S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras Pág. 04

Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2016 Pág. 06

Ceg Rio

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ceg Rio S.A. (“Companhia”), que compreendemo balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ceg Rio S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo comos princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

Ativo	2016	2015
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	78.816	65.377
Contas a receber de clientes (Nota 8)	125.284	275.714
Tributos a recuperar (Nota 9)	13.812	9.053
Outros ativos	2.789	2.755
	220.701	352.899
Não circulante		
Tributos a recuperar (Nota 9)	21.500	21.906
Depósitos judiciais	2.841	1.880
Ativos fiscais diferidos (Nota 10)	19.848	18.276
Outros ativos de longo prazo	27	41
	44.216	42.103
Intangível (Nota 12)	594.023	562.598
Diferido (Nota 13)	2.223	4.425
	640.462	609.126
Total do ativo	861.163	962.025

Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante		
Fornecedores (Nota 14)	134.735	282.324
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	88.573	80.532
Concessão a pagar (Nota 19.3)		71.771
Tributos a recolher (Nota 16)	7.671	6.918
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 11)	1.718	1.374
Dividendos obrigatórios (Nota 17(b))	20.090	24.315
Demais contas a pagar	1.914	1.995
	254.701	469.229
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	271.659	195.097
Provisão para contingências (Nota 18)	3.793	5.564
Recebimentos antecipados (Nota 20)	379	379
	275.831	201.040
Total do passivo	530.532	670.269
Patrimônio líquido (Nota 17)		
Capital social	146.734	96.067
Reserva de capital	90	90
Reservas de lucros	183.807	195.599
Total do patrimônio líquido	330.631	291.756
Total do passivo e patrimônio líquido	861.163	962.025

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016	2015
Receita líquida (Nota 21)	1.832.031	3.061.380
Custo do serviço (Nota 22)	(1.633.633)	(2.821.266)
Lucro bruto	198.398	240.114
Despesas gerais e administrativas (Nota 27)	(76.820)	(74.143)
Outras despesas, líquidas (Nota 25)	(2.330)	(2.225)
Lucro operacional	119.248	163.746
Resultado financeiro, líquido (Nota 26)	(35.450)	(33.096)
Receitas financeiras	12.233	7.495
Despesas financeiras	(47.683)	(40.591)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	83.798	130.650
Imposto de renda e contribuição social – Correntes (Nota 16 (b))	(23.433)	(47.517)
Imposto de renda e contribuição social – Diferidos (Nota 10 (b))	1.572	6.922
Lucro líquido do exercício	61.937	90.055
Quantidade de ações em circulação	1.995.023	1.995.023
Lucro básico por ação	31,05	45,14

Além do lucro do exercício, não existiram outros resultados abrangentes.
Dessa forma, a companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital - incentivos fiscais	Reserva de lucros (Nota 17)				Lucros acumulados	Total
			Expansão	Legal	Especial	Dividendo adicional proposto		
Em 31 de dezembro de 2014	96.066	90	76.854	19.213		82.205	-	274.428
Aumento de Capital	1		(1)					
Dividendos adicionais aprovados						(48.411)		(48.411)
Destinação do lucro do exercício anterior					33.794	(33.794)		
Lucro líquido do exercício							90.055	90.055
Destinação do lucro:								
Juros sobre o capital próprio (R\$ 6,0205 por lote de mil ações)							(12.011)	(12.011)
Dividendos propostos (R\$ 6,1673 por lote de mil ações)							(12.305)	(12.305)
Destinação de resultado definida em AGOE (Abril/2016)						65.739	(65.739)	
Em 31 de dezembro de 2015	96.067	90	76.853	19.213	33.794	65.739		291.756
Aumento de Capital	50.667		(50.667)					
Dividendos adicionais aprovados						(2.972)		(2.972)
Destinação do lucro do exercício anterior			62.767			(62.767)		
Lucro líquido do exercício							61.937	61.937
Destinação do lucro:								
Reserva legal				3.097			(3.097)	
Juros sobre o capital próprio (R\$ 10,0701 por lote de mil ações)							(20.090)	(20.090)
Destinação de resultado a definir em AGOE (Abril/2017)						38.750	(38.750)	
Em 31 de dezembro de 2016	146.734	90	88.953	22.310	33.794	38.750		330.631

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	83.798	130.650
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	34.548	31.600
Provisão para contingência	(1.771)	529
Resultado financeiro não realizado	43.765	18.727
Resultado na venda do intangível	(135)	(3)
Desconto obtido sobre pagamento antecipado de parcela de concessão (Nota 19.2)	(2.836)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.470	5.865
	75.041	56.718
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	148.960	19.635
Tributos a recuperar e diferidos	(1.220)	51.992
Outros ativos	(982)	(1.854)
Fornecedores	(147.589)	(28.919)
Concessão a pagar	(68.905)	(87.969)
Tributos a recolher	2.580	(102)
Partes relacionadas	344	78
Outros passivos	(82)	309
	(66.894)	(46.830)
Caixa proveniente das operações	91.945	140.538
Juros pagos sobre empréstimos	(45.046)	(12.366)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(28.391)	(62.555)
	(73.437)	(74.921)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	18.508	65.617
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do ativo intangível	(63.879)	(27.635)
Venda de ativo intangível	243	107
Caixa líquido provenientes das atividades de investimentos	(63.636)	(27.528)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	(4.116)	(8.969)
Ingresso de empréstimos	90.000	110.000
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(1.802)	(1.442)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(25.485)	(76.295)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	58.597	23.294
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	13.439	36.922
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	65.377	28.455
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	78.816	65.377
Transações que não envolveram caixa		
Créditos/Débitos restituíveis (Nota 23)		817

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A CEG RIO S.A. (a “Companhia” ou “CEG RIO”) é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objetivo, no âmbito de sua concessão (Nota 19.2), operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, fora da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes.

A CEG RIO é controlada pelo Grupo Gas Natural Fenosa cuja sede é em Barcelona – Espanha.

A concessão obtida junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agerensa tem o prazo de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997, prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG RIO inclui as regiões Norte-Fluminense, Noroeste-Fluminense, Baixada Litorânea, Serrana, Médio Paraíba, Centro-Sul e a Baía da Ilha Grande, todas no Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o contrato de concessão, a CEG RIO deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- Manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- Manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- Atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- Manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão, conforme descrito na Nota 2.6 (i).

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 21 de março de 2017.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com um risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros existentes no ativo da Companhia são representados por caixas e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos, excluindo pagamentos antecipados, e foram classificados como empréstimos e recebíveis.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis e os títulos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4 *Impairment* de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de 6 meses de atraso);

(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

(iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.4 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela distribuição de gás canalizado, venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") ou "*impairment*", considerando os critérios descritos na Nota 3.1 (b). Na prática, as contas a receber são reconhecidas pelos valores faturados, pois não contêm um componente de financiamento significativo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

2.5 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando for vinculado a tributo com exigibilidade suspensa e não houver possibilidade de resgate desses depósitos sem a liquidação concomitante do correspondente passivo.

2.6 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão

(infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços ou prazo do contrato, entre os dois, o menor.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(ii) Programas de computador (*softwares*)

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 12.

(iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (Nota 12).

2.7 Diferido

Refere-se a gastos incorridos, principalmente, para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 13).

Conforme Lei nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, estes gastos permanecerão registrados no ativo diferido até sua amortização total. A partir de 2009, os gastos dessa natureza passaram a ser reconhecidos no resultado do exercício.

2.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2016 em decorrência dessa avaliação.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Normalmente, as contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelos valores faturados, pois não contêm um componente de financiamento significativo.

2.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.11 Benefícios a empregados e participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.12 Provisões

As provisões para ações judiciais e decorrentes das estimativas de compras de gás para fornecimento às térmicas (Nota 23) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.14 Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.15 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.16 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando esta pode ser mensurada com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

(b) Serviço de construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.17 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- CPC 48/IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1 de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, bem como na contabilização das relações de hedge. A Companhia ainda não concluiu a avaliação detalhada de como as provisões de *impairment* serão afetadas pelo novo modelo. Embora não se espere um impacto relevante, a sua aplicação irá provavelmente antecipar o reconhecimento de perdas.

- CPC 47/IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes” – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 – “Contratos de Construção”, IAS 18 – “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma.

- IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a CEG RIO.

A seguir, indicamos as alterações que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016, que não tiveram impactos materiais para a Companhia.

CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 04 – Ativo Intangível

Esclarece que a depreciação de um item do ativo imobilizado com base na receita gerada pelo uso do ativo não é apropriada. Esclarece também que, somente em raras circunstâncias, a amortização de um ativo intangível com base na receita gerada pelo uso do ativo pode ser adequada, a depender da correlação entre a receita e o consumo dos benefícios econômicos gerados.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a CEG RIO faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período (Nota 8). A receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 73.607 (R\$ 220.602 em 2015).

(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber, sendo considerado o prazo de 180 dias.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda adicional de R\$ 62.984 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 61.484 em 31 de dezembro de 2015).

(c) Vida útil do ativo intangível

A vida útil classificada no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros sejam consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

(d) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Podem ser usados instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O risco de volatilidade no preço do gás distribuído a que a Companhia está exposta é reduzido, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos de gás distribuído, inclusive com ajuste extemporâneos em caso de variação significativa no custo de gás. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em 31 de dezembro de 2016, não existia nenhum instrumento financeiro derivativo.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia não possui operações de investimentos financeiros derivativos e nem operações atreladas à variação cambial em aberto em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

(ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2016, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos variassem em torno de 0,25%, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social apresentaria variação de R\$ 594 (2015 - R\$ 455).

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes e renomadas no mercado – instituições financeiras de primeira linha. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha. Com relação às contas a receber, os ativos vencidos e não *impaired* referem-se a clientes sem histórico de perda.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A Companhia monitora suas previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O excesso de caixa mantido é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na nota 8 são divulgados os ativos de que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

O passivo circulante está superior ao ativo circulante em função da transferência de dívida de longo prazo para curto, com vencimento inferior a 12 meses, que será objeto de refinanciamento ao longo do exercício. Não observamos riscos ao refinanciamento uma vez que a CEG RIO goza de boa avaliação creditícia. A Companhia não trabalha com estoque de gás.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados e contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016			
Empréstimos e financiamentos	94.787	136.159	225.369
Fornecedores	134.735		
Em 31 de dezembro de 2015			
Empréstimos e financiamentos	86.432	101.774	160.602
Fornecedores e concessão a pagar	354.095		

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser assim sumariados:

	2016	2015
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 15)	360.232	275.629
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(78.816)	(65.377)
Dívida líquida	281.416	210.252
Total do patrimônio líquido	330.631	291.756
Total do capital	612.047	502.008
Índice de alavancagem financeira – %	46%	42%

O aumento no índice de alavancagem financeira em 2016 foi decorrente, principalmente, dos investimentos realizados ao longo do ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital nos patamares que a administração julga adequados, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos. A Companhia considera como ponto de equilíbrio um índice de alavancagem financeira de até 50%, sendo assim, o índice de 2016 está dentro da expectativa da administração.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos dos empréstimos e recebíveis no ativo e dos outros passivos financeiros, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros existentes no ativo da Companhia são representados por caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos, excluindo pagamentos antecipados. Os existentes no passivo são representados por empréstimos, fornecedores e demais contas a pagar, excluindo obrigações legais.

Os instrumentos financeiros são integralmente classificados como empréstimos e recebíveis no ativo no valor de R\$ 206.941 (2015 = R\$ 343.846) e como outros passivos financeiros no valor de R\$ 496.685 (2015 = R\$ 631.098).

	Empréstimos e recebíveis
31 de dezembro de 2016	
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	125.284
Caixa e equivalentes de caixa	78.816
Outros ativos	2.789
	206.941
	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2016	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos	360.232
Fornecedores	134.735
Partes relacionadas	1.718
	496.685
	Empréstimos e recebíveis
31 de dezembro de 2015	
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	275.714
Caixa e equivalentes de caixa	65.377
Outros ativos	2.755
	343.846
	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2015	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos	275.627
Fornecedores	282.324
Concessão a pagar	71.771
Partes relacionadas	1.374
	631.098

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha.

Em relação às contas a receber, a Companhia possui uma carteira de 64.221 clientes do segmento residencial, comercial, industrial, veicular e geração elétrica, porém existe a concentração/dependência do segmento industrial tendo como principal fonte de receita a CSN – Companhia Siderúrgica Nacional cujo faturamento representa aproximadamente 70% do total sem considerar as térmicas.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e bancos	38.592	32.676
Aplicação	40.224	32.701
	78.816	65.377

As Aplicações financeiras referem-se a Certificados de depósitos bancários remunerados à taxa média de 100% do CDI.

8 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), vendas de serviços e de equipamentos, como demonstrado a seguir:

	2016	2015
Consumidores de Gás e Serviços		
Faturado	113.835	115.441
Não faturado	73.607	220.602
Venda de equipamento	826	1.155
	188.268	337.198
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	(62.984)	(61.484)
Total do contas a receber	125.284	275.714

Os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), se aproximam do valor justo.

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
A vencer	112.432	261.651
Vencidas até três meses	12.051	12.949
De três a seis meses	801	1.114
Acima de seis meses	62.984	61.484
	188.268	337.198

A variação identificada nos saldos do contas a receber ocorreu em virtude da queda no volume faturado no segmento industrial, que, devido à crise econômica, as indústrias estão diminuindo o uso de gás em suas linhas de produção.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está representada, principalmente, pela provisão constituída sobre o saldo das contas a receber de três clientes antigos do segmento industrial que acumularam uma dívida histórica de R\$ 7.407, R\$ 15.305 e R\$ 30.627 respectivamente. Em relação aos dois primeiros montantes, após sucessivos acordos não cumpridos, resultou-se no corte do fornecimento de gás através de decisões judiciais e consequentes execuções que se encontram em curso, sem expectativa de realização. A terceira indústria relacionada discute judicialmente o valor da tarifa praticada, em função do valor do Poder Calorífico Superior do Gás – PCS, havendo, nesse caso, em primeira instância, decisão favorável à CEG RIO. Além do processo que se encontra em andamento, existem dúvidas substanciais sobre a capacidade financeira desta em pagar a dívida em caso de decisão final favorável a CEG RIO. Por isso a administração optou por manter o valor provisionado.

As movimentações na provisão para *impairment* de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2016	2015
Em 1º de janeiro	61.484	55.619
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	5.464	5.865
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(3.964)	
Em 31 de dezembro	62.984	61.484

Os créditos vencidos há mais de seis meses são objeto de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Após 30 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais, têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso com 10 dias de atraso.

Os valores inferiores a R\$ 5 são baixados das contas a receber após o prazo de 180 dias.

A Companhia possui uma carteira de 64.221 clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular e termogeração e, exceto pelos créditos em atraso dos 3 clientes industriais, como também, pelo faturamento à CSN (Nota 6) não há concentração significativa nos seus demais clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

As demais contas a receber do balanço não contem ativos *impaired*.

9 Tributos a recuperar

	2016	2015
Imposto de renda (a)	3.793	75
Contribuição social (a)	1.354	27
ICMS a recuperar (b)	21.056	22.986
PIS (c)	1.366	1.315
COFINS (c)	6.615	6.057
Demais tributos (c)	1.128	499
	35.312	30.959
Curto Prazo	(13.812)	(9.053)
Longo Prazo	21.500	21.906

(a) Referem-se a antecipações mensais de imposto de renda e contribuição social.

(b) Referem-se a créditos de ICMS sobre aquisição de gás Nota fiscal da Petrobrás, compensado mensalmente.

(c) Referem-se a valores estimados de crédito de PIS e COFINS sobre aquisição do gás da Petrobras, que é estornado no mês subsequente ao fornecimento do gás, no momento do registro da nota fiscal de entrada emitida pela Petrobras. O aproveitamento do crédito do PIS e COFINS é realizado somente após o registro da nota fiscal, não sendo utilizados os valores estimados.

10 Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(a) Composição

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os seguintes eventos:		
Provisão para devedores duvidosos	10.605	10.132
Provisão para contingências	3.793	7.109
Amortização intangível – concessão	4.554	
Fornecedores – governo	267	240
Receita de ajuste a valor presente	(169)	(203)
Outras adições e exclusões	32	34
Ativo Diferido	766	964
Não circulante	19.848	18.276

(b) Movimentação

	IR e CS diferidos sobre:							Total
	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	Amortização Intangível Concessão	Fornecedor governo	Ajuste a valor presente	Outras adições exclusões	Ativo diferido	
Em 31 de dezembro de 2015	10.132	7.109		240	(203)	34	964	18.276
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	473	(3.316)	4.554	27	34	(2)	(198)	1.572
Em 31 de dezembro de 2016	10.605	3.793	4.554	267	(169)	32	766	19.848

(c) Realização

Os ativos fiscais diferidos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui expectativa de que esses créditos sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
2016		2.194
2017	2.384	3.655
2018	3.969	3.655
2019	3.969	3.655
2020	3.969	3.655
2021	3.969	731
2022	794	731
2023	794	
	19.848	18.276

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

11 Partes relacionadas

	Passivo circulante	Receitas	Despesas
Gas Natural Distribución Latinoamérica S.A. (a)	11.972		
Pluspetrol Energy S.A. (a)	603		
Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro (a)	7.515		
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG (b)	1.520		16.423
Gas Natural Engineering S.A.	198		
Gás Natural do Brasil S.A.			165
Gás Natural Serviços S.A.		48	
Em 31 de dezembro de 2016	21.808	48	16.588
Em 31 de dezembro de 2015	25.689		12.793

(a) Refere-se a dividendos a pagar.

(b) Referem-se, substancialmente, a obrigações com a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG por serviços técnicos e administrativos prestados à Companhia.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Salários e encargos	908	541
Honorários dos administradores	2.998	3.384
Participação nos lucros	238	127
	4.144	4.052

12 Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos	Servidões de Passagem (a)	Software (b)	Contrato de concessão	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	239.610	91	87	322.722	562.510
Aquisição			520	51.870	52.390
AVP – Aditivo Contratual	(24.756)				(24.756)
Baixas líquidas				(104)	(104)
Amortização	(14.233)	(17)	(134)	(13.058)	(27.442)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	200.621	74	473	361.430	562.598
Custo total	214.854	281	1.997	474.003	691.135
Amortização acumulada	(14.233)	(207)	(1.524)	(112.573)	(128.537)
Valor residual	200.621	74	473	361.430	562.598
Saldos em 1º de janeiro de 2016	200.621	74	473	361.430	562.598
Aquisição			22	63.857	63.879
Baixas líquidas				(108)	(108)
Amortização	(18.030)	(19)	(133)	(14.164)	(32.346)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	182.591	55	362	411.015	594.023
Custo total	214.854	281	2.019	537.860	755.014
Amortização acumulada	(32.263)	(226)	(1.657)	(126.845)	(160.991)
Valor residual	182.591	55	362	411.015	594.023
Taxas anuais de depreciação (%)	6,7	6,7	20	Diversas	

(a) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(b) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

A composição dos bens incluídos na conta de contrato e infraestrutura de concessão está apresentada a seguir:

	Rede de gás	Outros	Total da operação	Imobilizado em Andamento(c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	281.637	10.312	291.949	30.773	322.722
Aquisição	2.680	1.360	4.040	47.830	51.870
Transferência para intangível em operação	26.440		26.440	(26.440)	
Baixas Líquidas	(104)		(104)		(104)
Amortização	(11.431)	(1.627)	(13.058)		(13.058)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	299.222	10.045	309.267	52.163	361.430
Custo total	397.147	24.693	421.840	52.163	474.003
Amortização acumulada	(97.925)	(14.648)	(112.573)		(112.573)
Valor residual	299.222	10.045	309.267	52.163	361.430
Saldos em 1º de janeiro de 2016	299.222	10.045	309.267	52.163	361.430
Aquisição	3.794	1.838	5.632	58.225	63.857
Transferência para intangível em operação	32.972		32.972	(32.972)	
Baixas líquidas	(77)	(31)	(108)		(108)
Amortização	(12.495)	(1.669)	(14.164)		(14.164)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	323.416	10.183	333.599	77.416	411.015
Custo total	433.913	26.531	460.444	77.416	537.860
Amortização acumulada	(110.497)	(16.348)	(126.845)		(126.845)
Valor residual	323.416	10.183	333.599	77.416	411.015
Taxas anuais de depreciação (%)	3,3 a 8,3	Diversas			

(c) Obras em andamento refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede.

Os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram de R\$ 6.946 (R\$ 3.326 em 31 de dezembro de 2015) à taxa média de 15,58% (14,20% em 31 de dezembro de 2015).

13 Diferido

	Captação e Transformação	Sistemas e Métodos	Total da operação
Saldos em 1º de janeiro de 2015	8.583		8.583
Amortização	(4.158)		(4.158)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.425		4.425
Custo total	54.290	111	54.401
Amortização acumulada	(49.865)	(111)	(49.976)
Valor residual	4.425		4.425
Saldos em 1º de janeiro de 2016	4.425		4.425
Amortização	(2.202)		(2.202)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.223		2.223
Custo total	54.290	111	54.401
Amortização acumulada	(52.067)	(111)	(52.178)
Valor residual	2.223		2.223
Taxas anuais de depreciação (%)	10	10	

Os gastos com o projeto de captação de clientes referem-se à adequação e construção das instalações de gás a partir do medidor, de propriedade do cliente, a fim de deixá-las aptas ao uso de gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalação Predial (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pode ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

14 Fornecedores

	2016	2015
De Gás	121.551	271.935
De Materiais	5.862	3.384
De Serviços	7.322	7.005
	134.735	282.324

15 Empréstimos e financiamentos

	2016	2015
Financiamentos	6.975	9.285
Linhas de crédito	353.257	266.344
	360.232	275.629
Circulante	(88.573)	(80.532)
Não circulante	271.659	195.097

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de levar gás para novos municípios. A Companhia terminou o ano com um custo médio de 106,5% do CDI (107,4% em 2015).

O valor justo dos empréstimos atuais é equivalente ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores contábeis baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Fn (*)	Lc (*)	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Em moeda nacional						
Banco Safra		X	2.507	110.000	746	110.000
Banco Mizuho		X	79.039		626	80.000
Banco do Brasil		X			74.972	
Banco do Itaú			2.850	88.337		
Banco Santander				70.562		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (i)	X		4.177	2.760	4.188	5.097
			88.573	271.659	80.532	195.097

(*) Fn – Financiamento, Lc – Linha de crédito.

As linhas de créditos em moeda nacional têm encargos de 121% da variação do CDI. A Companhia emitiu notas promissórias como garantia dos empréstimos recebidos. Operações *clean*, sem garantias e sem *covenants*.

As operações de financiamentos referem-se a:

Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação da rede de gás, mais especificamente nos municípios de zona já consolidada. Esse financiamento possui vencimento em 2018 e, como garantia, fiança bancária cuja contratação será por desembolso. O saldo total é atualizado pela TJLP acrescido de 2,8% ao ano.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamento a longo prazo são os seguintes:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
2017		82.322
2018	111.096	112.775
2019	160.563	
	271.659	195.097

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 40.000 com vencimento em um ano, revisadas em diferentes datas durante o ano.

16 Tributos a recolher

(a) Composição do saldo

	2016	2015
Imposto de renda a pagar	38	42
ICMS	3.611	3.540
Taxa Agência Reguladora	688	1.454
ISS	615	486
PIS e COFINS	2.339	1.000
Outros	380	396
	7.671	6.918

(b) Reconciliação do benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social:

	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	83.798	83.798	130.650	130.650
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(20.950)	(7.542)	(32.663)	(11.759)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	5.022	1.808	3.003	1.081
Incentivos fiscais	24		224	-
Outros	(164)	(59)	(354)	(127)
Despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a demonstração de resultado	(16.068)	(5.793)	(29.790)	(10.805)
Alíquota efetiva	19%	7%	23%	8%

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social está representado por 1.995.023 mil ações, sendo 665.008 mil ordinárias e 1.330.015 mil preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Residentes no exterior:		
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	22.257	37.594
Gas Natural Distribución Latinoamerica S.A.	468.576	720.345
Residentes no país:		
Gaspetro – Petrobras Gás S.A.	174.175	572.076
	665.008	1.330.015

As ações ordinárias têm direito a voto nas Assembleias Gerais e as ações preferenciais, apesar de não terem direito a voto, têm prioridade no recebimento de dividendos e no reembolso de capital de acordo com o Estatuto.

Em março de 2016, o acionista Gas Natural Internacional SDG S.A. passou a se denominar Gas Natural Distribución Latinoamérica.

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 27 de abril de 2016 e 28 de abril de 2015, foram deliberados os aumentos do capital social da Companhia em R\$ 50.667 e R\$ 1, respectivamente, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros para expansão.

A administração apresentará proposta à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em abril de 2017, de distribuir 50% do resultado, sendo: R\$ 20.090 em forma de JCP e R\$ 12.343 em forma de dividendos. O valor de R\$ 26.407 restantes será contabilizado em reserva de expansão.

(b) Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2016	2015
Lucro líquido	61.937	90.055
Constituição da reserva legal	(3.097)	
Base de cálculo dos dividendos	58.840	90.055
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	14.710	22.514
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio	20.090	12.011
Dividendos a pagar		15.276
Percentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	34%	30%

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2016 aprovou a seguinte distribuição de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015: R\$ 12.011 em forma de JCP, R\$ 15.276 em forma de dividendos e R\$ 62.767 em forma de reserva expansão.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2016, aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros de longo prazo – TJLP a serem distribuídos aos acionistas no valor R\$ 20.090.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(d) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

(e) Reserva especial

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de outubro de 2015, em conformidade com o §5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, considerando o endividamento da Companhia, os acionistas decidiram por unanimidade reter parte do lucro deixando de distribuí-lo. Desta forma, foi constituída uma reserva especial, com saldo no montante de R\$ 33.794, que não sendo absorvida por prejuízos em exercícios subsequentes, deverá ser paga como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

(f) Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação é mesmo, pois a Companhia trata as ações preferenciais são como ordinárias, não havendo nenhum efeito diluidor (Nota 17 (b)).

	2016	2015
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	61.937	90.055
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	1.995.023	1.995.023
Lucro básico por lote de mil ações	31,05	45,14

18 Contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2016	2015
Cíveis	1.985	2.790
Tributárias	354	1.171
Regulatória	577	996
Trabalhistas	877	607
	3.793	5.564

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.564
Adições	548
Baixas	(2.218)
Atualizações monetárias	(101)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.793

Existem processos tributários na esfera estadual e federal que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de êxito possível pelos consultores jurídicos. Os valores dessas contingências totalizam R\$ 16.093 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 29.012 em 31 de dezembro de 2015) e referem-se, principalmente, ao seguinte processo:

Em 19 de outubro de 2009, a Companhia foi notificada da decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária no Rio de Janeiro, que homologou parcialmente as compensações procedidas pela Companhia, reconhecendo, tão somente, os valores de R\$ 1.471 e não os R\$ 4.943 resultantes de crédito de saldo negativo da CSLL do ano-calendário de 2005, exercício de 2006, informados por meio do PERDCOMP, utilizados para o pagamento de débitos próprios de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de êxito dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2016 seria de 10.526 (R\$ 10.261 em 31 de dezembro de 2015).

As contingências cíveis referem-se principalmente aos processos interpostos para anular as multas aplicadas pela Agência Reguladora e processos de baixa complexidade de reclamações de consumidores.

Adicionalmente a Companhia possui um montante de R\$ 352 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 269 em 31 de dezembro de 2015) referentes a contingências trabalhistas classificadas como chance de êxito possível também não provisionada.

19 Compromissos

19.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras para uso convencional (“CONTRATO”), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 3 de novembro de 2016 foi celebrado o termo aditivo nº 9 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, no qual as partes acordaram: (i) a prorrogação da vigência do contrato, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2021; e (ii) alteração dos principais compromissos contratuais de SOP e TOP para Encargo de Capacidade (EC) e Retirada Mínima Mensal (RMM).

Por esse Aditivo, a CEG RIO se compromete: (i) a cada ano de sua vigência, a retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente mês, a 70% da QDC – compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM) – antigo *ToP* para o ano de 2016 a 2021; (ii) a cada ano de sua vigência, a retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade (antigo SOP) do correspondente mês, a 90% da QDC – para o ano de 2016, 95% para 2017 e 100% para os demais anos.

Até dezembro de 2016, com os dados reais apurados e os dados projetados até o encerramento do ano vigente, não há previsão de pagamento de RMM no final do ano.

19.2 Compromisso com poder concedente

Em 2004 e 2005, o Estado do Rio de Janeiro e a CEG RIO assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a CEG RIO assumiu o compromisso de expandir o fornecimento de gás canalizado com novas redes de distribuição de gás através da construção de gasodutos e ramais de distribuição para atender aos municípios de Quatis, Engenheiro Paulo de Frontin, Paraíba do Sul, Três Rios, Itatiaia, Teresópolis, Cachoeira de Macacu, Nova Friburgo, Angra dos Reis e Saquarema.

Os municípios Quatis, Engenheiro Paulo de Frontin, Paraíba do Sul, Três Rios e Itatiaia já são atendidos com rede de gás canalizado, em cumprimento aos compromissos assumidos nos Termos Aditivos.

A partir de 2009, com a aprovação do Plano de Investimentos apresentado pela Companhia no curso da Segunda Revisão Quinquenal de Tarifas (para o quinquênio 2008-2012), o Poder Concedente autorizou o atendimento provisório dos demais municípios através de GNC (Gás Natural Comprimido), já sendo atendidos os Municípios de Teresópolis, Nova Friburgo e Angra dos Reis por meio deste sistema. A referida autorização, no entanto, não extinguiu o compromisso regulatório de construir gasodutos e ramais de distribuição em tais municípios. Desta forma, na Terceira Revisão Quinquenal de Tarifas foi previsto no plano de investimentos (para o quinquênio 2013-2017) a construção dos gasodutos, a serem finalizados ao final do ano de 2017.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que revogou os compromissos regulatórios assumidos nos Aditivos firmados em 2004 e 2005 e concedeu o direito à CEG RIO S.A. de distribuir gás natural por meio do sistema GNC a todos os municípios de sua área de concessão, inclusive para os mencionados municípios.

O plano de investimentos da Companhia aprovado na 3ª Revisão Tarifária, para o quinquênio 2013-2017, prevê um montante de investimento correspondente a R\$ 320.049 (moeda de dezembro de 2011, data da apresentação da proposta para a Revisão Tarifária ao Regulador conforme contrato de concessão), já ajustado pela assinatura do 3º Termo aditivo, tendo sido realizado até 31 de dezembro de 2016, 56% deste valor, sendo que a concessionária pretende cumprir com os 44% restantes até o final de 2017.

Em 1º de dezembro de 2014, foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que permitiu que a Companhia atenda suas redes locais a partir de gasodutos virtuais, através de Gás Natural Comprimido (GNC) ou Gás Natural Liquefeito (GNL), desobrigando a mesma da construção de gasodutos físicos para ligação da malha de distribuição à rede local. Dessa forma, o Termo Aditivo permitiu a substituição da construção de gasodutos físicos para atendimento aos municípios de Resende, Barra Mansa, Volta Redonda, Cidade do Aço, Pirai, Rio das Flores, Paracambi, Japeri, Metropolitano, Duque de Caxias e Guapimirim, Cabiúnas, Campos e Rialto, através de GNC ou GNL.

19.3 Concessão a pagar

A CEG RIO assumiu a obrigação de pagar ao Estado do Rio de Janeiro um valor de R\$ 239.610, em três parcelas de R\$ 79.870, sendo a 1ª parcela paga em 23 de dezembro de 2014, a 2ª parcela paga em 09 de dezembro de 2015 e a terceira que estava prevista para o dia 30 de dezembro de 2016 foi antecipada para 14 de outubro de 2016 gerando assim uma receita financeira no valor de R\$ 2.836, como também, o direito de compensar o valor de R\$ 30 referente à prestação de serviço de distribuição de gás natural canalizado a diversos órgãos públicos estaduais sobre faturas em atraso. O pagamento ao Estado do Rio de Janeiro foi no valor de R\$ 68.905, decorrente de negociação entre a Companhia e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, conforme Processo nº E-12/001/1299/2014.

20 Recebimentos antecipados

Representado pelo pagamento antecipado para possibilitar a elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental do projeto para atendimento à termelétrica UTE Resende, decorrente do contrato de prestação do serviço de distribuição de gás celebrado entre CEG RIO S.A. e Ômega Engenharia e Assessoria Ltda.

21 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2016	2015
Venda de gás	1.968.958	3.258.869
Contratos de construção	58.225	47.430
Outras receitas	982	870
Total receita bruta	2.028.165	3.307.169
(-) Deduções da receita Bruta	(196.134)	(245.789)
Receita líquida	1.832.031	3.061.380

22 Custo do serviço

	2016	2015
Compra de gás e de serviços	(1.562.913)	(2.762.405)
Custo dos contratos de construção	(58.225)	(47.430)
Amortização	(12.495)	(11.431)
	(1.633.633)	(2.821.266)

23 Débitos restituíveis – compromisso de “Take or Pay” no contrato com termelétricas

Durante os exercícios de 2016 e de 2015, a UTE Norte Fluminense não realizou nenhum pagamento relativo ao compromisso mensal e anual de “Take or Pay”, pois ao longo destes anos, não ultrapassou o compromisso mensal estabelecido.

Como a UTE Norte Fluminense não ultrapassou o compromisso mensal estabelecido em nenhum mês de 2016, não há direito de recuperar gás pago e não retirado em exercícios anteriores.

24 Revisão tarifária

No final do segundo semestre de 2013, foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da Agenera, por meio da Deliberação Agenera nº 1.795. Assim, a Agenera definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposta pela CEG RIO e estabeleceu uma compensação por conta da não realização de investimentos pontuais deliberados para o quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofrem uma redução de 13,7%.

No entanto, a Deliberação Agenera nº 1.795 e seus efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 18/dez/13, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar, a Agenera homologou nova Deliberação de nº 1.880, que aprovou a estrutura tarifária recalculada pela Concessionária, por conta do atraso ocasionado pela referida liminar, definindo a aplicação do resultado da RTI a partir de 01/01/2014.

Em razão do atraso para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, durante este período de 12 meses, a Concessionária arrecadou um montante financeiro superior ao devido, desta forma, assim a Agenera também determinou um fator de retroatividade que será aplicado às margens durante os anos 2014/2017, o que representa uma redução adicional de 7,91% neste período.

25 Outras despesas operacionais, líquidas

	2016	2015
Ganho na venda de equipamentos	(2)	(3)
Penalidades e indenização a terceiros	1.331	655
Tributos e taxas fiscais	500	1.117
Baixa de materiais e equipamentos	59	(55)
Cessão de capacidade de duto	532	487
Demais despesas (receitas), líquidas	(90)	24
	2.330	2.225

26 Resultado financeiro, líquido

	2016	2015
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	4.242	3.042
Juros e multas	1.899	1.384
Outras receitas financeiras	5.270	2.893
Atualizações monetárias ativas	822	176
	12.233	7.495
Despesas financeiras		
Comissões	(60)	
Encargos de empréstimo	(36.521)	(21.184)
IOF	(2.089)	(1.552)
Outras despesas financeiras	(489)	(752)
AVP – Aditivo Contratual (Nota 19.3)	(8.099)	(16.657)
Atualizações monetárias passivas	(425)	(446)
	(47.683)	(40.591)
Resultado financeiro	(35.450)	(33.096)

A variação no resultado financeiro se deve ao desconto financeiro no valor de R\$ 2.836 obtidos pela antecipação da última parcela do ativo contratual (Nota 19.2).

27 Despesas gerais e administrativas

	2016	2015
Custo de pessoal	4.144	4.052
Utilidades, materiais e serviços	4.665	6.095
Serviços de manutenção	6.334	5.807
Serviço de profissionais contratados	35.735	28.150
Gastos gerais de escritório	513	520
Viagens e estadas	3	20
Aluguéis	709	618
Propaganda e publicidade	2.383	2.541
Perdas e recuperação de créditos	1.951	6.067
Provisões (reversão), líquidas	(1.670)	104
Amortização	22.053	20.169
	76.820	74.143

A variação percebida na linha de serviços de profissionais contratados se deve ao aumento na capitação de cliente e, por consequência, aumento nos serviços de comercialização e de leitura e a reajustes dos contratos.

28 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas
Risco operacional (*)	490.500
Responsabilidade civil geral (*)	250.190
Responsabilidade civil – Administradores – diretores e dirigentes (**)	4.000

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO S.A.

(**) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG, CEG RIO, GNSPS, GNB e GNFE.

Parecer do Conselho Fiscal